

HABEAS CORPUS Nº 493.081 - PR (2019/0040373-0)

RELATOR : MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA
IMPETRANTE : RAFAEL ANTONIO PELLIZZETTI
ADVOGADO : RAFAEL ANTÔNIO PELLIZZETTI - PR043876
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
PACIENTE : R S M (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em benefício de R. S. M. contra acórdão do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (HC nº 0052741-69.2018.8.16.0000).

Extrai-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante em 21/11/2018, acusado da suposta prática do delito tipificado no art. 217-A, na forma do art. 71, do Código Penal. A prisão foi convertida em preventiva.

Contra a decisão, a defesa impetrou a ordem originária, que foi denegada pelo Tribunal *a quo*, em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 103/111):

HABEAS CORPUS. ESTUPRO DE VULNERÁVEL (ART. 217-A, CAPUT, NA FORMA DO 71, CAPUT, AMBOS DO CP). PRISÃO EM FLAGRANTE. ALEGADA AUSÊNCIA DOS PRESSUPOSTOS AUTORIZADORES DA MEDIDA EXTREMA. FUMUS COMISSI DELICTI PLENAMENTE DEMONSTRADO. SEGREGAÇÃO CAUTELAR NECESSÁRIA PARA A GARANTIA DA ORDEM PÚBLICA E PARA ASSEGURAR A APLICAÇÃO DA LEI PENAL. GRAVIDADE CONCRETA DA INFRAÇÃO E REAL PERICULOSIDADE SOCIAL DO AGENTE. FUNDADO RECEIO DE REITERAÇÃO CRIMINOSA. CONDIÇÕES FAVORÁVEIS QUE POR SI SÓ, NÃO TEM CONDÃO DE REVOGAR O DECRETO PREVENTIVO. INSUFICIÊNCIA DA ADOÇÃO DE OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES MENOS GRAVOSAS. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.

ORDEM CONHECIDA E DENEGADA.

No presente *writ*, a defesa alega que, com o oferecimento da denúncia, não haveria justificativa para a manutenção da prisão. Afirma que

não há informações que o paciente solto possa abalar a ordem pública, tendo em vista que o fato criminoso se deu de forma absolutamente isolada em sua vida (e-STJ fl. 10).

Defende que o decreto preventivo carece de motivação concreta, e que seria suficiente, se fosse o caso, a aplicação de medidas cautelares alternativas.

Pleiteia, assim, em liminar e no mérito, a revogação da prisão, se for o caso com aplicação de outras medidas mais brandas.

É o relatório. Decido.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa a minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em um juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência. A conduta imputada, a princípio, apresenta gravidade que extrapola o tipo penal, na medida em que o paciente, tem tese, prevalecendo-se da inexperiência da vítima, então com 12 anos na data dos fatos, a qual ademais teria feito uso de bebida alcóolica e "maconha", com ela manteve conjunção carnal por duas vezes.

No caso vertente, não obstante os fundamentos apresentados pelo impetrante, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos, para se aferir a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da impetração, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo do *habeas corpus*.

Ante o exposto, **indefiro** a liminar.

Solicitem-se informações à autoridade impetrada e ao Juízo de

primeiro grau, inclusive o envio da senha para acesso aos dados processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do CNJ.

Após, encaminhem-se os autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Relator

